

Justiça quer criminalizar venda ilegal de produtos milagrosos para a saúde

Infracções Ministra Francisca Van Dunem anunciou a intenção de criminalizar actividades que actualmente são meras infracções contra-ordenacionais. “A saúde é hoje um relevante mercado para o crime”, afirmou.

A ministra da Justiça anunciou a intenção de criminalizar actividades que actualmente são meras infracções contra-ordenacionais, como a venda ilegal de produtos apresentados como “milagres para a saúde”.

Na cerimónia de abertura da conferência sobre “Fraude na Saúde”, em Lisboa, Francisca Van Dunem explicou que esta tipificação de novos crimes acontecerá no seguimento da assinatura por Portugal da Convenção do Conselho da Europa (medicrime) sobre contrafação de produtos medicamentosos e crimes similares.

“Mas não chega dotar o ordenamento jurídico de instrumentos punitivos. É necessário adoptar uma atitude vigilante e pro-activa na prevenção desta criminalidade que se socorre de meios e métodos cada vez mais sofisticados”, disse a mi-

ministra. Segundo afirmou, “a saúde é hoje um relevante mercado para o crime, do crime pouco organizado à escala doméstica, à grande criminalidade transnacional”.

“Os sistemas de saúde são territórios cada vez menos imunes aos comportamentos desviantes de um conjunto muito diversificado de actores”, disse, acrescentando que “a intensidade e proximidade das relações” entre várias entidades

“podem gerar caldos de cultura potenciadores da prática de crimes diversos, nomeadamente corrupção activa e passiva, burla e falsificação de documentos”.

Sem avançar números con-

cretos sobre o impacto da fraude no Serviço Nacional de Saúde (SNS), a ministra recordou estimativas mundiais que apontam para dez por cento do seu custo total.

Aos jornalistas, Francisca Van

Dunem especificou que nos anos de 2013 e 2014 existiram processos de fraude na saúde, alguns deles ainda em julgamento, que atingiram os 100 milhões de euros.

Presente nesta conferência, o ministro da Saúde apresentou o sector da saúde como “apetecível” para os que procuram o lucro fácil.

Entre as várias medidas com que Adalberto Campos Fernandes conta combater a fraude no sector que dirige está a introdução de códigos nos medicamentos e em outros produtos similares.

Além da prescrição electrónica, o Ministério da Saúde aposta ainda no controlo dos utentes sobre os gastos que efectuaram no e ao SNS, de forma a estes saberem se alguém anda a apresentar facturas em seu nome. ◀

